



ACÓRDÃO Nº546/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11292/2017.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Manaus Previdência - MANAUSPREV.
- 4- **Exercício:** 2016.
- 5- **Responsável:** Marcelo Magaldi Alves (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Rafael da Cruz Lauria - OAB/AM 5.716, Eduardo Alves Marinho - OAB/AM 7.413, Felipe Carneiro Chaves - OAB/AM 9.179, Eduardo Alves Marinho - OAB/AM 7.413, Felipe Carneiro Chaves - OAB/AM 9.179, Rafael da Cruz Lauria - OAB/AM 5.716, Geraldo Uchoa de Amorim Junior - OAB/AM 12.975.
- 7- **Unidade Técnica:** DICERP.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 2704/2018-DMP, Dra. Elissandra Monteiro Freire Alvares, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Júlio Assis Corrêa Pinheiro.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Manaus Previdência - MANAUSPREV. Exercício de 2016.

*Regularidade com ressalvas. Quitação.
Determinação.*

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea "a", item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em divergência** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas do **Sr. Marcelo Magaldi Alves**, responsável pela Manaus Previdência - MANAUSPREV, no curso do exercício 2016, nos termos do art. 71, II, c/c o art. 75 da Constituição Federal, art. 1º, II, c/c art. 22, II, da Lei Estadual nº 2423/1996, e art. 188, §1º, II, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM;
- 10.2. **Dar quitação** ao **Sr. Marcelo Magaldi Alves**, nos termos do art. 24, da Lei Estadual nº 2423/1996, c/c art. 189, II, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM;
- 10.3. **Determinar** ao responsável ou quem lhe haja sucedido, na forma do art. 140, IV, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, o cumprimento do disposto nas restrições nº 6, 12(b), 14, 17, 18 e 21, constantes no relatório conclusivo da DICERP de fls. 2349/2382, que se tratam das seguintes determinações:
 - 10.3.1. **faça registro** em notas explicativas de todas as operações que envolvam direta ou indiretamente a responsabilidade do RPPS e modifiquem ou possam vir a modificar seu patrimônio;
 - 10.3.2. **submeta** à apreciação do Conselho Municipal de



ACÓRDÃO Nº546/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

Previdência as matérias dispostas no art. 7º, XV, da Lei Municipal nº 1.803/2013;

10.3.3.envide esforços no sentido de aperfeiçoar o controle da arrecadação dos valores com o preço cobrado para o serviço de garagem e estacionamento, assim como disciplinar, por ato normativo, as condutas e atividades a serem desempenhadas tanto nos controle administrativos quanto na arrecadação da taxa, com publicação no Diário Oficial dos preços cobrados, evitando assim o enriquecimento sem causa da Administração Pública;

10.3.4.por intermédio do Comitê de Investimentos, seja emitido relatório mensal de acompanhamento e monitoramento do Fundo de Investimento em Ações Kinea Pipe, bem como seu posterior envio ao Tribunal de Contas;

10.3.5.mantenha diversificada a carteira de investimentos da Manaus Previdência, para fins de mitigar os riscos inerentes às aplicações financeiras;

10.3.6.faça cumprir o prazo, previsto em norma, de entrega do Relatório de Prestação de Contas de Passagem e Diárias.

10.4. Determinar que seja recomendado à próxima Comissão de Inspeção que verifique *in loco* se foram cumpridas as referidas determinações;

10.5. Determinar o encaminhamento de cópia do supracitado relatório conclusivo da DICERP ao Departamento dos Regimes de Previdência do Serviço Público - DRPSP, subordinado à Secretaria de Políticas de Previdência Social - SPPS do Ministério da Fazenda - MF;

10.6. Determinar , por fim, o arquivamento do presente processo, após cumpridas as providências supracitadas.

11- Ata: 20ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 3 de Julho de 2019.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Mario Manoel Coelho de Mello e Luiz Henrique Pereira Mendes (Convocado).

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS

Conselheira-Presidente

JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO

Conselheiro Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA

Procurador-Geral